

No. 55240*

**Peru
and
Portugal**

Agreement between the Republic of Peru and the Portuguese Republic on the abolition of visas in diplomatic and special passports. Lima, 7 April 2010

Entry into force: *10 July 2011, in accordance with article 11*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Peru, 26 June 2018*

**No UNTS volume number has yet been determined for this record. The Text(s) reproduced below, if attached, are the authentic texts of the agreement /action attachment as submitted for registration and publication to the Secretariat. For ease of reference they were sequentially paginated. Translations, if attached, are not final and are provided for information only.*

**Pérou
et
Portugal**

Accord entre la République du Pérou et la République portugaise sur la suppression des visas pour les passeports diplomatiques et spéciaux. Lima, 7 avril 2010

Entrée en vigueur : *10 juillet 2011, conformément à l'article 11*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Enregistrement auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies : *Pérou, 26 juin 2018*

**Aucun numéro de volume n'a encore été attribué à ce dossier. Les textes disponibles qui sont reproduits ci-dessous sont les textes originaux de l'accord ou de l'action tels que soumis pour enregistrement. Par souci de clarté, leurs pages ont été numérotées. Les traductions qui accompagnent ces textes ne sont pas définitives et sont fournies uniquement à titre d'information.*

[PORTUGUESE TEXT – TEXTE PORTUGAIS]

**ACORDO ENTRE A REPÚBLICA DO PERU E A REPÚBLICA
PORTUGUESA SOBRE SUPRESSÃO DE VISTOS PARA
TITULARES
DE PASSAPORTES DIPLOMÁTICOS E ESPECIAIS**

A República do Peru e a República Portuguesa, adiante designadas como “Partes”,

Desejando reforçar e desenvolver as relações de amizade e de cooperação existentes entre os dois Estados;

Desejando facilitar a circulação dos seus nacionais titulares de passaportes diplomáticos e especiais,

Acordam no seguinte:

**Artigo 1.º
Objecto**

O presente Acordo estabelece a base jurídica para a supressão de vistos para titulares de passaportes diplomáticos e especiais das Partes.

**Artigo 2.º
Definições**

Para os efeitos do presente Acordo:

- a) A expressão «passaporte válido» designa o passaporte que, no momento da saída do território nacional de uma das Partes, tenha ainda, pelo menos, três (3) meses de validade;
- b) A expressão «membro da família» designa o cônjuge da pessoa titular do passaporte diplomático ou especial, assim como os descendentes e ascendentes a cargo em conformidade com o direito vigente aplicável das Partes.

Artigo 3.º
Estadas de curta duração

1. Os cidadãos da República Portuguesa titulares de passaporte diplomático ou especial válido podem entrar no território da República do Peru sem necessidade de visto e aí permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada.
2. Os cidadãos da República do Peru titulares de passaporte peruano diplomático ou especial válido podem entrar no território da República Portuguesa sem necessidade de visto e ali permanecer por um período não superior a noventa (90) dias por semestre a contar da data da primeira entrada na fronteira externa que delimita o espaço de livre circulação constituído pelos Estados que são Parte na Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen de 14 de Junho de 1985, adoptada em Schengen, a 19 de Junho de 1990.

Artigo 4.º
Entrada e permanência

1. Os cidadãos portugueses titulares de passaporte diplomático ou especial válido, nomeados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares portugueses na República do Peru ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de organizações e organismos internacionais sediados na República do Peru, assim como os membros das suas famílias, podem entrar e permanecer sem visto no território da República do Peru durante o período da missão.
2. Os cidadãos peruanos titulares de passaporte diplomático ou especial válido, nomeados para prestar serviço na missão diplomática ou postos consulares peruanos na República Portuguesa ou que sejam nomeados para o exercício de funções junto de organizações e organismos internacionais sediados na República Portuguesa, assim como os membros das suas famílias, podem entrar e permanecer sem visto no território da República Portuguesa durante o período da missão.
3. Para os fins constantes dos números anteriores, cada Parte deve notificar a outra da chegada dos titulares de passaporte diplomático ou especial designados para prestar serviço na missão diplomática ou consular ou em organizações e organismos internacionais sediados no território das Partes

e dos membros da família que os acompanham, por escrito e por via diplomática, antes da data da sua entrada no território da outra Parte.

Artigo 5.º

Observância do Direito vigente das Partes

1. A isenção de visto não exclui a obrigatoriedade da observância do direito vigente das Partes sobre entrada, permanência e saída do território de destino dos titulares dos passaportes nas condições previstas no presente Acordo.
2. O presente Acordo não exclui o exercício do direito pelas autoridades competentes das Partes de recusar a entrada ou permanência de cidadãos da outra Parte, em conformidade com o direito vigente aplicável.

Artigo 6.º

Informação sobre passaportes

1. As Partes trocarão entre si espécimes dos passaportes diplomáticos e especiais em circulação até trinta (30) dias após a entrada em vigor do presente Acordo, como previsto no artigo 11.º.
2. Sempre que uma das Partes introduza novos passaportes ou modificações nos anteriormente trocados, deverá notificar a outra Parte mediante o envio do espécime do novo passaporte ou do passaporte modificado até trinta (30) dias antes da sua entrada em circulação.

Artigo 7.º

Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Acordo será solucionada através de negociação, por via diplomática.

Artigo 8.º

Suspensão

1. Cada uma das Partes poderá suspender temporariamente, total ou parcialmente, a aplicação das disposições do presente Acordo por razões de ordem pública, de saúde pública ou de segurança nacional.

2. A suspensão bem como o seu levantamento deve ser notificada imediatamente à outra Parte, por escrito e por via diplomática.

Artigo 9.º **Revisão**

1. O presente Acordo pode ser objecto de revisão a pedido de qualquer das Partes.
2. As emendas entrarão em vigor nos termos do artigo 11.º do presente Acordo.

Artigo 10.º **Vigência e Denúncia**

1. O presente Acordo permanecerá em vigor por um período de tempo ilimitado.
2. Qualquer das Partes poderá, a qualquer momento, denunciar o presente Acordo, mediante notificação, por escrito e por via diplomática.
3. O presente Acordo cessa a sua vigência três (3) meses após a data da recepção da respectiva notificação.

Artigo 11.º **Entrada em Vigor**

O presente Acordo entrará em vigor trinta (30) dias após a data de recepção da última notificação, por escrito e por via diplomática, de que foram cumpridos os requisitos de direito interno das Partes.

Artigo 12.º **Registo**

A Parte em cujo território o presente Acordo for assinado submetê-lo-á para registo junto do Secretariado das Nações Unidas imediatamente após a sua

entrada em vigor, nos termos do artigo 102.º da Carta das Nações Unidas, devendo, igualmente, notificar a outra Parte da conclusão deste procedimento e indicar o número de registo correspondente.

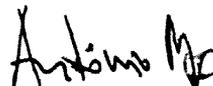
Assinado em Lima , no dia 7 de Abril de 2010, em dois originais, nas línguas portuguesa e castelhana, fazendo ambos os textos igualmente fê.

Pela República do Peru



Néstor Popolizio Bardales
Vice - Ministro das Relações
Exteriores

Pela República Portuguesa



António Braga
Secretário de Estado das
Comunidades
Portuguesas

[SPANISH TEXT – TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO ENTRE LA REPÚBLICA DEL PERÚ Y LA
REPÚBLICA PORTUGUESA SOBRE SUPRESIÓN DE VISAS EN
PASAPORTES DIPLOMÁTICOS Y ESPECIALES**

La República del Perú y La República Portuguesa, en adelante designadas las Partes,

Deseando reforzar y desarrollar las relaciones de amistad y de cooperación entre los dos países; y

Deseando facilitar la circulación de sus nacionales titulares de pasaportes diplomáticos y especiales:

Acuerdan lo siguiente:

**Artículo 1°
Objeto**

El presente Acuerdo establece el marco jurídico para la supresión de visas para titulares de pasaportes diplomáticos y especiales de las Partes.

**Artículo 2°
Definiciones**

Para efectos del presente Acuerdo:

- a) La expresión “Pasaporte válido” se refiere al pasaporte que, en el momento de la salida del territorio nacional de una de las Partes, tenga por lo menos tres meses (3) de vigencia;
- b) La expresión “Miembro de la familia” designa al cónyuge de la persona titular del pasaporte diplomático y especial, así como los descendientes y ascendientes a cargo, conforme la legislación de las Partes.

Artículo 3°
Estancias de corta duración

1. Los ciudadanos portugueses titulares de pasaporte diplomático o especial portugués válido pueden entrar en el territorio de la República del Perú sin necesidad de visa y permanecer allí por un período no superior a noventa (90) días por semestre contados desde la fecha de la primera entrada.
2. Los ciudadanos de la República del Perú titulares de pasaporte peruano diplomático o especial válido pueden entrar en el territorio de la República Portuguesa sin necesidad de visa y permanecer allí por un periodo no superior a noventa (90) días por semestre, contados desde la fecha de la primera entrada en la frontera externa que delimita el espacio de libre circulación constituido por los Estados que son Parte de la Convención de Aplicación del Acuerdo de Schengen de 14 de Junio de 1985, adoptado en Schengen 19 de junio de 1990.

Artículo 4°
Entrada y permanencia

1. Los ciudadanos portugueses titulares de pasaporte diplomático o especial válido, nombrados a prestar servicio en la misión diplomática o puestos consulares portugueses en la República del Perú o que sean nombrados para ejercer funciones en Organismos y Organizaciones Internacionales con sede en la República del Perú, así como los miembros de sus familias, pueden entrar y permanecer en territorio de la República del Perú sin visa durante el período de su misión.
2. Los ciudadanos peruanos titulares de pasaporte diplomático o especial válido nombrados a prestar servicio en la misión diplomática o puestos consulares peruanos en la República Portuguesa o que sean nombrados para ejercer funciones en Organismos y Organizaciones Internacionales con sede en la República Portuguesa, así como los miembros de sus familias, pueden entrar y permanecer en territorio de la República Portuguesa sin visa durante el período de su misión.
3. Para los fines señalados en los numerales anteriores, cada Parte debe notificar a la otra de la llegada de los titulares de pasaportes diplomáticos o especial designados para prestar servicio en la misión diplomática o consular o en Organismos y Organizaciones

Internacionales con sede en el territorio de las Partes y de los miembros de la familia que los acompañen, por escrito y por vía diplomática, antes de la fecha de su entrada en el territorio de la otra Parte.

Artículo 5°

Observancia de la legislación de las Partes

1. La exención de la visa no excluye la obligatoriedad de observar la legislación de las Partes sobre la entrada, permanencia y salida del territorio de destino de los titulares de los pasaportes en las condiciones cubiertas por este Acuerdo.
2. El presente Acuerdo no excluye el ejercicio del derecho de las autoridades competentes de las Partes de rechazar la entrada o permanencia de ciudadanos de la otra Parte, en conformidad con la legislación aplicable.

Artículo 6°

Información sobre pasaportes

1. Las Partes intercambiarán entre sí especímenes de los pasaportes diplomáticos y especiales vigentes hasta treinta (30) días después de la entrada en vigor del presente Acuerdo, conforme lo estipulado en el artículo 11°.
2. Siempre que una de las Partes introduzca nuevos pasaportes o modificaciones en los anteriormente intercambiados, deberá notificar a la otra Parte mediante el envío del espécimen del nuevo pasaporte o del pasaporte modificado hasta treinta (30) días antes de su entrada en vigencia.

Artículo 7°

Solución de Disputas

Cualquier divergencia sobre la interpretación o la aplicación del presente Acuerdo, serán resueltos por negociación, a través de los canales diplomáticos.

**Artículo 8°
Suspensión**

1. Cada una de las Partes podrá suspender temporal, total o parcialmente, la aplicación de las disposiciones del presente Acuerdo, por razones de orden público, de seguridad nacional o de salud pública.
2. La suspensión, así como la revocación de esta medida debe ser comunicada inmediatamente a la otra Parte por escrito y por vía diplomática.

**Artículo 9°
Enmiendas**

1. El presente Acuerdo puede ser objeto de enmiendas a pedido de cualquiera de las Partes.
2. Las enmiendas entrarán en vigor de conformidad con lo estipulado en el Artículo 11° del presente Acuerdo.

**Artículo 10°
Vigencia y denuncia**

1. El presente Acuerdo tendrá vigencia indefinida.
2. Cada una de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo, mediante notificación por escrito y por vía diplomática
3. El presente Acuerdo dejará de tener vigencia tres (3) meses después de la fecha de recepción de la respectiva notificación.

**Artículo 11°
Entrada en vigor**

El presente Acuerdo entrará en vigor treinta (30) días después de la fecha de recepción de la última notificación, por escrito y por vía diplomática, mediante la cual se informa que fueron cumplidos los requisitos de derecho interno de ambas Partes.

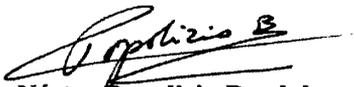
Artículo 12°
Registro

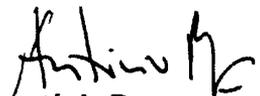
Después de la entrada en vigor del presente Acuerdo, la Parte en cuyo territorio fuere firmado lo someterá para su Registro ante la Secretaría de las Naciones Unidas, en conformidad con el Artículo 102 de la Carta de las Naciones Unidas, debiendo igualmente notificar a la otra Parte de la conclusión de este procedimiento indicando el número de registro correspondiente.

Suscrito en Lima, el día 07 de abril de 2010, en dos originales, en los idiomas portugués y castellano, ambos textos igualmente auténticos y válidos.

Por la República del Perú

Por la República Portuguesa


Néstor Popolizio Bardales
Vice Ministro de Relaciones
Exteriores


António Braga
Secretário de Estado de las
Comunidades Portuguesas

[TRANSLATION – TRADUCTION]

AGREEMENT BETWEEN THE REPUBLIC OF PERU AND THE PORTUGUESE
REPUBLIC ON THE ABOLITION OF VISAS FOR DIPLOMATIC AND
SPECIAL PASSPORTS

The Republic of Peru and the Portuguese Republic, hereinafter referred to as “the Parties”,
Desiring to strengthen and develop the relations of friendship and cooperation between the
two countries, and

Desiring to facilitate the movement of their nationals holding diplomatic and special
passports,

Have agreed as follows:

Article 1. Objective

This Agreement establishes the legal framework for the abolition of visas for the holders of
diplomatic and special passports of the Parties.

Article 2. Definitions

For the purposes of this Agreement:

(a) “Valid passport” means passports which, at the time of exit from the national territory of
one of the Parties, have at least three months’ validity;

(b) “Family member” means the spouse and the dependent children and relatives of the
holder of the diplomatic or special passport, as established in the laws of the Parties.

Article 3. Short stays

1. Portuguese citizens who hold valid diplomatic or special Portuguese passports may enter
the territory of the Republic of Peru without the need for a visa and remain there for a period not
greater than 90 days per semester, beginning from the date of the first entry.

2. Citizens of the Republic of Peru who hold valid diplomatic or special Peruvian
passports may enter the territory of the Portuguese Republic without the need for a visa and
remain there for a period not greater than 90 days per semester, beginning from the date of the first
entry into the external border area that delimits the space for free movement established by the
States parties to the Convention Implementing the Schengen Agreement of 14 June 1985, adopted
in Schengen on 19 June 1990.

Article 4. Entry and stay

1. Portuguese citizens holding valid diplomatic or special passports who are appointed to
serve in the Portuguese diplomatic mission or consular posts in the Republic of Peru or who are
appointed to serve at international organizations or bodies based in the Republic of Peru and their

family members may enter and stay in the territory of the Republic of Peru without a visa for the duration of their mission.

2. Peruvian citizens holding valid diplomatic or special passports who are appointed to serve in the Peruvian diplomatic mission or consular posts in the Portuguese Republic or who are appointed to serve at international organizations or bodies based in the Portuguese Republic and their family members may enter and stay in the territory of the Portuguese Republic without a visa for the duration of their mission.

3. For the purposes indicated in the preceding paragraphs, each Party shall notify the other of the arrival of holders of diplomatic or special passports appointed to serve at diplomatic or consular missions or in international organizations based in the territory of the Parties and their family members accompanying them, in writing and through the diplomatic channel, before the date of their arrival in the territory of the other Party.

Article 5. Observance of the laws of the Parties

1. The visa exemption shall not exclude the obligation to observe the laws of the Parties on entry into, stay within and exit from the territory of destination of the holders of passports under the conditions covered by this Agreement.

2. This Agreement shall not prevent the competent authorities of the Parties from exercising the right to deny entry or stay to citizens of the other Party, in conformity with applicable laws.

Article 6. Information on passports

1. The Parties shall exchange specimens of valid diplomatic and special passports within 30 days of the entry into force of this Agreement, in conformity with the stipulations of article 11.

2. Whenever one of the Parties introduces new passports or modifications to those previously exchanged, it shall notify the other Party by sending a specimen of the new passport or the modified passport within 30 days of its entry into force.

Article 7. Settlement of disputes

Any dispute regarding the interpretation or application of this Agreement shall be resolved by negotiation, through the diplomatic channel.

Article 8. Suspension

1. Each of the Parties may temporarily, totally or partially suspend the application of the provisions of this Agreement, for reasons of public order, national security or public health.

2. Suspension and revocation of this measure shall be communicated immediately to the other Party, in writing and through the diplomatic channel.

Article 9. Amendments

1. This Agreement may be amended at the request of either of the Parties.

2. Amendments shall come into effect in conformity with the stipulations in article 11 of this Agreement.

Article 10. Period of validity and denunciation

1. This Agreement shall remain in force indefinitely.
2. Each of the Parties may denounce this Agreement by written notification and through the diplomatic channel.
3. This Agreement shall cease to be in force three months after the date of receipt of the respective notification.

Article 11. Entry into force

This Agreement shall enter into force 30 days after the date of receipt of the last notification, in writing and through the diplomatic channel, providing notification of completion of the requirements of the internal laws of both Parties.

Article 12. Registration

After this Agreement comes into force, the Party in whose territory it is signed shall submit it for registration to the Secretariat of the United Nations, in conformity with Article 102 of the Charter of the United Nations, and shall also notify the other Party of the conclusion of that procedure, indicating the corresponding registration number.

DONE at Lima on 7 April 2010, in two original copies, in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Republic of Peru:
NÉSTOR POPOLIZIO BARDALES
Vice-Minister for Foreign Affairs

For the Portuguese Republic:
ANTÓNIO BRAGA
Secretary of State for the Portuguese Communities

[TRANSLATION – TRADUCTION]

ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE DU PÉROU ET LA RÉPUBLIQUE
PORTUGAISE SUR LA SUPPRESSION DES VISAS POUR LES PASSEPORTS
DIPLOMATIQUES ET SPÉCIAUX

La République du Pérou et la République portugaise, ci-après dénommées les « Parties »,
Désireuses de renforcer et de développer les relations d'amitié et de coopération qui unissent
les deux pays,

Souhaitant faciliter la circulation de leurs ressortissants titulaires de passeports diplomatiques
et spéciaux,

Sont convenues de ce qui suit :

Article premier. Objet

Le présent Accord établit le cadre juridique régissant la suppression de l'obligation de visa
pour les titulaires de passeports diplomatiques et spéciaux des Parties.

Article 2. Définitions

Aux fins du présent Accord :

a) Le terme « passeport en cours de validité » désigne un passeport qui, au moment de la
sortie du territoire national d'une des Parties, est valide pendant encore au moins trois mois ;

b) Le terme « membres de la famille » désigne le conjoint, les enfants à charge et les autres
membres de la famille du titulaire du passeport diplomatique ou spécial, au sens de la législation
des Parties.

Article 3. Séjours de courte durée

1. Les citoyens portugais titulaires d'un passeport diplomatique ou spécial portugais
peuvent entrer sur le territoire de la République du Pérou sans visa et y séjourner pendant une
période n'excédant pas quatre-vingt-dix jours par semestre à compter de la date de la première
entrée.

2. Les citoyens de la République du Pérou titulaires d'un passeport diplomatique ou spécial
péruvien peuvent entrer sur le territoire de la République portugaise sans visa et y séjourner
pendant une période n'excédant pas quatre-vingt-dix jours par semestre à compter de la date de la
première entrée dans la zone frontalière externe qui délimite l'espace de libre circulation créée par
les États parties à la Convention d'application de l'Accord de Schengen du 14 juin 1985, adoptée
le 19 juin 1990.

Article 4. Entrée et séjour

1. Les citoyens portugais titulaires d'un passeport diplomatique ou spécial en cours de validité qui sont affectés à une mission diplomatique ou à un poste consulaire portugais en République du Pérou, ou à une mission auprès d'agences ou d'organisations internationales basées en République du Pérou, de même que les membres de leurs familles, peuvent entrer ou séjourner sur le territoire de la République du Pérou sans visa pendant la durée de leur mission.

2. Les citoyens péruviens titulaires d'un passeport diplomatique ou spécial en cours de validité qui sont affectés à une mission diplomatique ou à un poste consulaire péruvien en République portugaise, ou à une mission auprès d'agences ou d'organisations internationales basées en République portugaise, de même que les membres de leurs familles, peuvent entrer ou séjourner sur le territoire de la République portugaise sans visa pendant la durée de leur mission.

3. Aux fins des dispositions prévues dans les paragraphes qui précèdent, chaque Partie informe, par écrit et par la voie diplomatique, l'autre Partie de l'arrivée de titulaires de passeports diplomatiques ou spéciaux affectés à une mission diplomatique ou consulaire ou à une mission auprès d'une organisation internationale établie sur le territoire de cette autre Partie, ainsi que de l'arrivée des membres de leurs familles qui les accompagnent, avant la date de leur entrée sur le territoire de l'autre Partie.

Article 5. Respect de la législation des Parties

1. L'exemption de visa ne dispense pas une personne de l'obligation de respecter la législation des Parties relative à l'entrée et au séjour sur le territoire de destination des titulaires de passeports, de même qu'à leur sortie dudit territoire, en vertu des conditions fixées dans le présent Accord.

2. Le présent Accord ne prive pas les autorités compétentes de chaque Partie du droit de refuser l'entrée ou le séjour de ressortissants de l'autre Partie, en vertu de la législation applicable.

Article 6. Informations sur les passeports

1. Les Parties s'échangent les modèles de leurs passeports diplomatiques et spéciaux en usage, dans les trente jours suivant la date de l'entrée en vigueur du présent Accord, conformément aux dispositions de son article 11.

2. Lorsque l'une ou l'autre des Parties introduit de nouveaux passeports ou modifie ceux précédemment échangés, elle en informe l'autre en lui faisant parvenir le modèle du nouveau passeport ou du passeport modifié dans un délai de trente jours avant la date de sa mise en circulation.

Article 7. Règlement des différends

Tout différend relatif à l'interprétation ou à l'application du présent Accord est réglé par négociation, par la voie diplomatique.

Article 8. Suspension

1. L'une ou l'autre des Parties peut suspendre en tout ou partie l'application des dispositions du présent Accord de manière temporaire, pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale ou de santé publique.

2. La suspension, de même que la levée de la suspension, est immédiatement notifiée par écrit à l'autre Partie, par la voie diplomatique.

Article 9. Modifications

1. Le présent Accord peut être modifié à la demande de l'une ou l'autre des Parties.

2. Les modifications entrent en vigueur conformément aux modalités prévues à l'article 11 du présent Accord.

Article 10. Durée et dénonciation

1. Le présent Accord reste en vigueur pour une période indéterminée.

2. Chacune des Parties peut dénoncer le présent Accord par notification écrite transmise par la voie diplomatique.

3. Le présent Accord prend fin trois mois après la date de réception de ladite notification.

Article 11. Entrée en vigueur

Le présent Accord entre en vigueur trente jours après la date de réception de la dernière notification écrite, envoyée par la voie diplomatique, confirmant l'accomplissement des procédures requises par la législation interne de chaque Partie pour son entrée en vigueur.

Article 12. Enregistrement

Après l'entrée en vigueur du présent Accord, la Partie sur le territoire de laquelle il a été signé l'enregistre auprès du Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies, conformément à l'Article 102 de la Charte des Nations Unies, et notifie à l'autre Partie l'accomplissement de cette procédure ainsi que le numéro d'enregistrement correspondant.

FAIT à Lima le 7 avril 2010 en deux exemplaires originaux, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour la République du Pérou :
NÉSTOR POPOLIZIO BARDALES
Vice-Ministre des affaires étrangères

Pour la République portugaise :
ANTÓNIO BRAGA
Secrétaire d'État aux Communautés portugaises

